

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE – COEMA,
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE
2012.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47

Aos 17 dias do mês de ABRIL de dois mil e doze, no Auditório da Secretaria Estadual de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, Marco, Belém/PA, realizou-se a 43ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA, sob a presidência da **DR. JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES**, Secretário Estadual de Meio Ambiente, com o **DR. RUBENS BORGES SAMPAIO**, Secretário Executivo do COEMA e com a presença de Conselheiros e convidados: **AMIRALDO DA SILVA PINHEIRO** representante da SESPA, **ALEX FIÚZA DE MELLO** representante da SECTI, **HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES** representante da SAGRI, **JOSÉ WATERLOO LOPES LEAL** representante da ONG AMOT, **LUIZ AUGUSTO NOGUEIRA MOURA** representante da FIEPA, **ARMANDO TEIXEIRA SOARES** representante da FAEPA, **MANUEL IMBIRIBA** representante da FETAGRI, **IVALDO PINTO** representante da OAB/PA, **MARCO ANTÔNIO CARRERA FERREIRA** representante dos funcionários da SEMA e como convidados: *Lúcia Porpino* - DILAP/SEMA, *Simone Rocha* - CONJUR/SEMA, *Rosa Cristina* – CEMA, *Cleuma Bezerra* – Prefeitura de Primavera, *Dérick Martins*- FIEPA, *Fernanda Sequeira* – PGE/PAM, *Maria Tereza* - GEIND/SEMA, *Rose Cristina* - GEIND/SEMA, *Letícia Lopes* - GEMINA/SEMA. Dando início à 43ª Reunião Ordinária do COEMA, passou à seguinte pauta com as palavras do Secretário Executivo do COEMA: **I- Abertura: DR. RUBENS SAMPAIO:** Bom dia a todos, nós temos um Secretário novo com a mudança da Dra. Teresa para outra Secretaria e quem assumiu a pasta desde o final de janeiro foi o Dr. Alberto Colares, que hoje preside o conselho Estadual do Meio Ambiente. **Dr. Alberto Colares:** Bom dia pessoal, para quem não me conhece eu sou o novo Secretário de Meio Ambiente, José Alberto Colares, e como é natural por ser a minha primeira reunião, na verdade eu vou apenas acompanhar, vou passar a presidência da mesa para o Secretário Executivo e é minha intenção acompanhar, se preciso, alguma discussão se houver. Eu quero dar às boas-vindas a todos e a partir de hoje estou à disposição deste conselho, infelizmente ainda não hoje, embora esteja apenas acompanhando aqui as discussões. **Dr. Rubens:** Novamente bom dia. E dentro das comunicações, a discussão de aprovação da Ata da reunião anterior, a 42ª reunião ordinária, Dr. Milton, por favor. **Milton (Secretária Executiva do Coema):** Foi mandado por e-mail, é só para assinar. **Dr. Rubens:** E também deixamos em aberto aos conselheiros que quiserem fazer alguma recomendação com relação à Ata que já foi passada por e-mail. Ninguém quer se manifestar sobre a reunião anterior? Bom, gostaria de reiterar o pedido de devolução dos processos punitivos que foram retirados com pedido de vistas, porque nós temos que dar andamento nestes processos e a nossa preocupação é de prescrição desses processos, então, tem alguns processos que estão na posse de alguns conselheiros e nós gostaríamos que assim que fosse possível, o mais rápido possível também, que fizessem a devolução desses processos para que possamos dar continuidade, tem processo desde agosto do ano passado ainda está na posse de alguns conselheiros e precisamos que esses processos retornem para que a gente possa dar continuidade.

48 Dentro das questões da pauta pertinentes às Comunicações, queremos comunicar aos
49 conselheiros que nós estamos agendando a realização de uma reunião extraordinária
50 para tratar especificamente do licenciamento da estação de transbordo de cargas do
51 distrito de Miritituba, no município de Itaituba. Nós estamos agendando para o dia oito
52 de maio. Com relação à Ata anterior, alguém tem alguma colocação, alguma alteração
53 a ser feita? A gente pode votar já, senhores conselheiros. Então quem for a favor da
54 Ata da reunião anterior levante o braço. Sete (07) votos, ok. **Dr. Armando Soares:**
55 Bom dia, eu não recebi, eu não sei se foi enviado diretamente à Federação, mas eu
56 pedi na reunião anterior que fosse mandado para o meu e-mail. Estou recebendo pelo
57 meu e-mail, mas eu não recebi. Então eu só queria comentar que infelizmente eu não
58 posso votar, porque eu desconheço, eu não fiz a leitura da Ata. **Dr. Rubens:**
59 Abstenção do Dr. Armando. Podemos então passar para o terceiro ato da ordem do
60 dia? Pois não, Dr. Luis, fique manifeste-se. **Dr. Luiz Moura:** Bom dia, eu gostaria de
61 saber se são muitos os processo punitivos e se a gente poderia ter acesso a essa
62 relação para a gente ajudar a SEMA na cobrança da solução dos processos. **Dr.**
63 **Rubens:** Vocês têm o quantitativo dos processos que estão fora, nas mãos dos
64 conselheiros com pedido de vistas? **Andressa (Secretária Executiva do Coema):**
65 Com o Deputado Fernando Coimbra tem oito (08) processos que ele pediu vistas em
66 agosto do ano passado. **Dr. Rubens:** Então têm processos que não sabemos o
67 quantitativo e que estão em análise, ainda da gestão do governo anterior. **Dr. Moura:**
68 Existe prazo para essas análises jurídicas? Então a minha sugestão é que se cubra
69 esses prazos e a devolução para redistribuição para a gente poder dar mais agilidade
70 aqui no COEMA. **Dr. Rubens:** Nós já fizemos a cobrança desses processos, apesar
71 de não termos o número desses processos com pedido de vistas do governo anterior,
72 mas já fizemos a solicitação desses processos, a devolução desses processos. Aí o
73 que nós podemos fazer é reiterar esse pedido. **Dr. Leal:** Bom dia a todos. Eu tenho
74 algumas questões para abordar e eu pergunto se eu faria isso agora ou se a gente
75 deixa para o 'o que ocorrer'. **Dr. Rubens:** Pode ser no 'o que ocorrer'. **Dr. Leal:** No 'o
76 que ocorrer'? Então a gente aguarda. **Dr. Rubens:** Obrigado, Dr. Leal. **Dr. Evaldo:**
77 Com referência aos processos punitivos, novamente nós temos que mudar totalmente
78 esse sistema. A Câmara Técnica de assuntos jurídicos passou por muito tempo sem
79 poder funcionar em função da falta de pessoas que se interessassem por ela e isso
80 gerou um acúmulo de processos muito grande, que inclusive, eu quero solicitar para o
81 COEMA que convoque de imediato e diga onde a Câmara Técnica pode se reunir,
82 pois eu tenho hoje cerca de oitenta (80) processos da minha relatoria já prontos para
83 serem analisados pela Câmara Técnica de assuntos jurídicos. Novamente eu digo, o
84 assunto é muito grave, o COEMA não pode ter essa função de ficar analisando
85 processo punitivo. O COEMA não foi criado para isso, o objetivo do COEMA não é
86 esse, nós temos que trabalhar em políticas ambientais, exames de projetos de
87 grandes impactações, nós não podemos ficar cuidando de pequenas infrações, de
88 pequenos atos infracionais, senão isso aqui vai absorver muito tempo dos
89 conselheiros e é uma coisa que hoje se demonstra incompatível com o COEMA, à
90 época que foi elaborado não existia uma fiscalização como é hoje, só para se ter uma
91 ideia eu acho que nós temos mais de duzentos (200) recursos de processos punitivos
92 só para análise de julgamento, esse problema já vem perdurando há anos e eu venho
93 falando há anos, vai trocando secretário, vai trocando secretário e isso não muda, nós
94 precisamos mudar a estrutura do COEMA ou tem que ser criada uma câmara para
95 julgamento desses processos, a exemplo do que existem em outros lugares, poderia

96 até a câmara técnica ser adaptada para tanto, mas tem que haver ou então nós vamos
97 ter que começar a julgar em bloco que é o que nós temos feito ultimamente, o
98 julgamento em bloco. Aí entra um bloco de 50 processos, 20 processos e vai julgando
99 a exemplo do que ocorre na Justiça Eleitoral nos casos que guardam similitude e que
100 são julgados em bloco, mas o fato é que deve ter hoje pendente de julgamento cerca
101 de duzentos (200) processos. Eu já determinei o envio pra cá de cerca de oitenta (80)
102 processos em condições de julgamento que fatalmente terão que vir para o COEMA
103 dado a atual estrutura que nós temos do nosso regimento interno. Não existe a menor
104 necessidade de redistribuição ou coisa desse tipo, basta apenas mudarmos, aliás, não
105 pode ser redistribuído porque existe um petitivo legal para isso, o que precisa somos
106 nós vermos como isso vai ser julgado, porque se nós formos analisar um por um, só
107 esses que estão relatados e prontos para julgamentos, nós teremos a pauta para
108 daqui até o final do ano todinha tomada para isso. Então está na hora de uma
109 reestruturação, eu acho que o COEMA vem de um período onde ele foi muito
110 depreciado pelas estruturas administrativas anteriores e nós nos reuníamos, os
111 conselheiros que estão há mais tempo aqui e sabem disso, apenas quando havia
112 algum projeto de interesse da secretaria para ser analisado ou algum empreendedor
113 que agisse de alguma maneira mais rigorosa e pedisse a reunião do COEMA e nós
114 estamos perdendo a essência do COEMA que é tratar questões estruturantes
115 ambientais, então, nós não podemos ficar aqui nos atentando à análise de uma multa
116 aqui, uma multinha ali e perder, como nós perderemos, fatalmente todas as reuniões
117 daqui até o final do ano e quiçá até o ano que vem analisando processos punitivos.

118 **Andressa (Secretária Executiva do Coema):** Bom dia a todos! Doutor, a respeito do
119 que o senhor colocou sobre essa questão da necessidade de mudanças, o projeto de
120 lei da SEMA já está em andamento, e no que tange ao COEMA a gente até percebeu
121 que houve uma mudança muito positiva em relação a essa questão da câmara
122 recursal, que só vai fazer análise de recurso, já foi incluída essa possibilidade de fazer
123 uma câmara recursal só para essa análise de recursos e também a gente sugeriu para
124 os consultores que estão fazendo esse projeto que as câmaras técnicas e câmara
125 recursal sejam compostas somente por pessoas que tenham conhecimentos jurídicos,
126 que cada secretaria, a exemplo do CONAMA e a exemplo do COPAM, que faz assim,
127 que cada câmara técnica, principalmente de assuntos jurídicos, são compostas por
128 pessoas que tenham formação jurídica, mas ainda está em andamento o Projeto de
129 Lei. **Dr. Rubens:** Mais alguém quer fazer uma colocação referente aos processos?
130 Vou passar para o terceiro ponto da 'ordem do dia' que é a aprovação pelo COEMA da
131 resolução nº 94, referente às audiências públicas do processo de licenciamento
132 ambiental nº 2006/6258, projeto de responsabilidade da empresa CARGIL S/A. Todos
133 os conselheiros receberam o material? O senhor recebeu doutor Armando? **Dr.**
134 **Armando:** Já recebi. **Dr. Rubens:** Quem não recebeu? O doutor Evaldo não recebeu
135 o material. A FIEPA também não recebeu o material. A palavra fica aberta para os
136 conselheiros que quiserem se manifestar sobre a resolução. Essa resolução foi
137 debatida na última reunião, foi discutida e votada pelo conselho para que houvesse
138 apenas mais uma audiência pública no município de Belterra que é de impacto direto.
139 Todos aprovam a resolução? **Dr. Luiz Moura:** Retificando o que eu falei, nós
140 recebemos o material sim e um convite para participação de uma audiência pública. É
141 que o termo, como está descrito aqui na ordem do dia, fica parecendo que nós já
142 íamos discutir alguma coisa do projeto da CARGIL. Isso aqui é um convite para
143 audiência pública, nós recebemos. **Dr. Rubens:** Obrigado, mais alguém, por favor,

144 que queira fazer mais alguma colocação. **Dr. Carrera (Representante da SEMA):** É
145 somente porque nós tivemos ausente na última reunião, se for possível, em quais
146 outros municípios já foi feita a audiência pública, porque aqui já está se falando em
147 mais uma é sinal de que já ocorreram outras, não é? **Dr. Rubens:** Sim, em Santarém,
148 em Alenquer e no município de Belém. **Dr. Evaldo:** Essa decisão tem necessidade de
149 ser feita por resolução? **Dr. Rubens:** É porque o Ministério Público solicitou oito (08)
150 audiências e na SEMA, os técnicos, colocaram que já foram realizadas três (03)
151 audiências públicas e a última audiência pública foi em Alenquer e ela não foi muito
152 produtiva, então a gente acredita que seria um desgaste e foi colocado aqui, inclusive,
153 para decidir aqui no COEMA essa questão de ter ou não as oito audiências. **Dr.**
154 **Evaldo:** É porque normalmente o interesse é na área de impacto direto, no entorno
155 praticamente não há interesse desses projetos, mas estou achando estranho ser por
156 resolução, mas decidi tá decidido, aprovou a ata tá decidido. **Dra. Lúcia Porpino:**
157 Bem gente, está sendo por resolução exatamente porque foi feita uma solicitação da
158 Secretaria de Meio Ambiente pela secretária anterior, Dra. Teresa Cativo, ao Ministério
159 Público requerendo uma manifestação expondo, dando a justificativa a essa questão
160 do excesso de audiências públicas e não houve essa manifestação por parte do
161 Ministério Público, então, esse assunto foi levado em pauta na reunião passada para
162 os conselheiros deliberarem sobre se havia necessidade realmente de serem
163 realizadas as oito (08) audiências públicas, até por conta da realização do resultado
164 das audiências anteriores e foi isso. Eu não estava na reunião passada, mas eu não
165 sei se o doutor Rubens gostaria de acrescentar mais alguma coisa. **Dr. Evaldo:**
166 Permita-me só colocar o seguinte, aqui dentro do Conselho o Ministério Público tem
167 direito ao voto como todos nós temos, isso é um órgão colegiado representante da
168 sociedade paraense e um dos representantes é o Ministério Público, ele pode propor
169 como a OAB pode, a FIEPA, a FAEPA, qualquer um pode e ele vai ser voto vencedor
170 ou vencido, normal, aqui ele tem direito ao voto, então eu acredito que a dinâmica
171 tenha que ser essa, não que eu seja contra a aprovação da resolução, mas eu acho
172 ela absolutamente desnecessária. Uma decisão para fazer uma resolução para
173 aprovação do projeto, uma resolução para licenciamento, aí para a licença prévia, uma
174 licença de instalação ou uma licença de operação, seja lá o que for, tudo bem, eu não
175 sou contra, só acho que é muita coisa para uma decisão de um voto vencido aqui
176 dentro, é só um voto vencido. **Dra. Lúcia:** A solicitação foi feita por escrito
177 independente de reunião de conselho. **Dr. Evaldo:** A forma como o pedido foi feito, se
178 é oral ou se é por escrito, eu acho que não tem muito a ver. **Dr. Colares:** Dr. Evaldo
179 me parece que o problema surgiu por conta da indefinição clara com relação a essa
180 decisão e para garantir a decisão da maioria, a intenção era de reforçar a garantia com
181 relação não à resolução, mas com relação à decisão de se fazer apenas mais uma,
182 porque essa discussão já vinha há tempos, inclusive com alguma dúvida com relação
183 ao parecer técnico se poderia ou não e a decisão do Conselho estaria garantida numa
184 resolução, quer dizer, legitimando essa decisão. Eu não participei da última reunião,
185 mas me pareceu à conclusão de se fazer uma resolução apenas para reforçar a
186 decisão deliberativa do Conselho na última reunião. **Dr. Evaldo:** Secretário, nada
187 contra a resolução, eu só acho que basta o conselho decidir, decidiu. Decidiu metade
188 mais um tá decidido, não precisaria emitir uma resolução para confirmar uma decisão
189 pura e simples do Conselho. Eu acho que a resolução deveria ser utilizada para
190 finalidade dela que é para as outras coisas. A decisão pura e simples é metade mais
191 um, tá decidido, tá na Ata, acabou! Até por que quem vê a resolução e quem vê a

192 pauta da ordem do dia vem pensando que irá votar o projeto da Cargil, porque está
193 aqui: 'Conhecimento ao parecer da Câmara Técnica de Projeto da Votorantim,
194 aprovação pelo COEMA da resolução referente às audiências públicas de
195 licenciamentos ambientais'. **Dr. Colares**: Mas a resolução se refere a isso. **Dr.**
196 **Carrera (Representante da SEMA)**: Bem pessoal, meu nome é Marco Antônio
197 Carrera Ferreira ou simplesmente Carrera, sou funcionário da SEMA e dirigente do
198 Sindicato dos Trabalhadores da gestão ambiental do Estado do Pará onde a SEMA se
199 inclui. Essa questão das audiências públicas eu não sei o mérito, os fundamentos que
200 levaram o Ministério Público a propor mais audiências públicas das que foram
201 realizadas, no entanto, de uma forma geral nós temos tido conhecimento pelas
202 experiências que audiências públicas são insuficientes, sempre serão insuficientes
203 para dar conta de questões tão complexas como o processo de licenciamento. Às
204 vezes os próprios técnicos da área têm dificuldade, imagine uma audiência pública em
205 algumas horas, em alguns momentos, imagine a população que vai ser diretamente
206 impactada ou indiretamente? Aí eu acho que é importante e é um debate que esse
207 Conselho tem que fazer. Eu morei no Sul do Pará, em Xinguara e ali nós temos a
208 passagem dos 'Três Bi' por conta da exploração mineral e Xinguara até aquele
209 momento não estava fazendo nenhuma exploração mineral, agora os impactos para
210 este município eram terríveis. Primeiro, o processo de imigração e crescimento
211 populacional sem dar conta da infraestrutura necessária que o município precisa ter
212 para garantir qualidade de vida para a população. Segundo, as condições da estrada.
213 Terceiro, as condições de saúde da população que vai adoecendo, por conta do que é
214 feito, como buracos, lama, poeira, então nós temos que fazer um debate também e
215 considerar os impactos indiretos desses municípios e a população desse entorno dos
216 grandes projetos que se constituem e se desenvolvem na nossa região, logo, não
217 sabendo da justificativa do Ministério Público, que eu não sei se foi também cópia
218 dessa solicitação e a sua fundamentação para os nosso e-mails, mas se não foi
219 deveria ter ido, para que a gente pudesse se assenhonear. Eu não sei se foi, estou
220 fazendo apenas uma ressalva para que a gente possa ver. Então, mesmo não
221 sabendo da formulação das justificativas, eu acho que o MP pode acabar levantando
222 uma questão importante. Primeiro, os limites da compreensão por parte da população
223 dos impactos dos procedimentos, os critérios das análises, das concepções que
224 permeiam tudo isso aí, esses processos de licenciamento. Segundo, os impactos que
225 efetivamente os municípios do entorno, que estão um pouco distantes, são afetados e
226 que levam uma qualidade de vida, uma qualidade ambiental para aquela população.
227 Portanto, nós do sindicato e em nome dos trabalhadores da gestão ambiental
228 achamos fundamental que se o MP acha que deve ter mais de uma audiência por lei,
229 chegar a oito, nós independentemente de fundamentos, mas pelos fundamentos que
230 nós estamos colocando aqui, achamos também e já declaramos de antemão essa
231 necessidade. **Dr. Colares**: Só um esclarecimento para o Carrera. A votação não é em
232 função do aumento. É que já havia uma solicitação de oito audiências e já foram feitas
233 quatro. É a quarta audiência e que foram feitas, inclusive, no período que não tinha
234 zoneamento ecológico. Já foi aprovado zoneamento ecológico econômico geológico
235 na região, já foram criadas as unidades de conservação, o empreendimento já está
236 funcionando há muito tempo, não representa nenhum perigo com relação a isso e não
237 tem os efeitos. Até mesmo por que, com relação a área urbana do município com o
238 entreposto do Miritituba, lá da própria empresa, o recebimento de carga será feito via
239 balsa. Então se a resolução está propondo aqui apenas mais uma, aonde de fato não

240 está feito, que foi Belterra, que é uma área de influência direta que até então não se
241 tinha feito, que objetivamente pode ser a mais pertinente. **Dr. Evaldo:** Secretário, só
242 um esclarecimento. Isso já não foi decidido na reunião passada. **Dr. Colares:** Já foi
243 decidido, está se colocando somente o termo da resolução, já foi decidido. **Alex Fiúza:**
244 Eu acho que tecnicamente o Dr. Evaldo está com a razão, não precisaria de resolução.
245 Agora, se a secretaria acha que necessita de um reforço em função da posição do
246 Ministério Público, que é importante uma resolução para clarear. Porque agora eu
247 temo que cada vez seja assim daqui para a frente. Apenas isso, é um desvio, uma
248 coisa desnecessária. Agora, tecnicamente já foi discutido, o MP já colocou suas
249 razões técnicas e foi decidido o voto a favor da equipe técnica da SEMA, matéria
250 vencida não se pode votar. **Dr. Colares:** Alguém mais, gente eu já estou tomando
251 conta da mesma. **Dr. Armando:** Eu queria endossar totalmente as razões
252 apresentadas pela OAB. Eu acho que as decisões daqui são soberanas e eu acho que
253 não tem motivo (INAUDÍVEL) para resolução. E o Ministério Público é uma pessoa
254 igual a todos nós, o MP não pode ser a mente da razão. Até porque, inclusive, a
255 questão que se levanta aqui é de desenvolvimento econômico e para a gente aceitar
256 determinadas colocações aqui, tem que levar em conta o desenvolvimento econômico.
257 Então eu acho que a OAB tem razão. **Dr. Colares:** Eu só queria que a Andressa
258 fizesse uma justificativa do porquê da resolução e não simplesmente já o que foi
259 registrado em Ata. Por favor. **Andressa (Funcionária SEMA):** Doutores é só uma
260 questão de que toda a decisão do COEMA tem que necessariamente sair uma
261 resolução, para ser registrada no diário oficial. Então, é só uma questão da gente ter
262 realmente uma aprovação do texto da resolução que já foi aprovada. **Dr. Rubens:**
263 Com relação a redação do texto, todos os conselheiros aprovam? Alguém contra?
264 (SILENTE O PLENÁRIO) Então está aprovada a resolução. Só para complementar a
265 informação, no mês de dezembro e de janeiro, nós enviamos ao MP a solicitação
266 através de ofício, solicitando que ele se manifestassem sobre as audiências e nós não
267 obtivemos resposta do MP, esperamos um posicionamento do MP e nós não tivemos
268 resposta sobre a questão das audiências públicas. **Dr. Colares:** Só para lembrar que,
269 não sei se o plenário já tem conhecimento, mas a audiência pública será dia 26 em
270 Belterra. **Dr. Rubens:** Todos receberam o convite para a audiência pública em
271 Belterra? Alguém mais quer se manifestar? O segundo item da pauta na ordem do dia:
272 conhecimento do parecer da Câmara Técnica permanente de projetos industriais e
273 infraestruturais para posterior deliberação e aprovação sobre o pedido de
274 licenciamento ambiental do município de Primavera – Pará, do projeto de
275 responsabilidade da empresa Votorantim Cimentos N/NE S.A, protocolado sob o nº
276 37756/2010. **Dr. Lúcia:** Bem, a equipe técnica que analisou o projeto da Votorantim
277 está toda aqui presente para tirar alguma dúvida que por ventura vier ser solicitada
278 pelos conselheiros e também a representação da empresa de consultoria que
279 elaborou os estudos de impactos ambiental, também a equipe está aqui presente se
280 for o caso de necessidade dos próprios conselheiros de uma apresentação mais
281 detalhada, se faz a apresentação. Mas isso foi feito para a Câmara Técnica que é
282 quem realmente vai expor o seu parecer. Então é o parecer da câmara técnica que vai
283 ser colocado para deliberação dos demais conselheiros. E quero solicitar, quem é o
284 relator? **Dr. Rubens:** Por favor, o relator. **Dr. Moura:** Eu gostaria de ler só o voto,
285 porque o resto são fundamentos todos baseados e todos receberam a parte do
286 parecer jurídico, parecer técnico da própria SEMA. Então eu vou pedir para o Deryck
287 ler, porque a minha garganta não está ok. **Deryck Martins:** Bom dia, sou Deryck

288 Martins da FIEPA. “Do voto. Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, a Câmara
289 Técnica permanente dos projetos industriais e de infraestrutura, após análise do pleito
290 da empresa Votorantim Cimentos e considerando o seu empreendimento de
291 relevância para o desenvolvimento econômico do município de Primavera, podendo
292 ser sustentável do ponto de vista socioambiental, desde que a empresa cumpra as
293 condicionantes estabelecidas os estudos apresentados e ratificados nas reuniões
294 coma SEMA e nas audiências públicas realizadas. Desse modo, esta Câmara Técnica
295 resolve que as considerações expressas pelas equipes técnicas e jurídicas da SEMA
296 devem ser transformadas em recomendações de acordo com as suas profundidades e
297 importâncias. Assim, esta Câmara Técnica se manifesta favorável a concessão da
298 licença ambiental pleiteada pela empresa Votorantim Cimentos.” **Dr. Rubens:** Então
299 vamos colocar para votação, senhores conselheiros, que está a favor? **Dr. Evaldo:**
300 Eu tenho questionamentos a fazer. Esse projeto é só para produção de cimento? Tem
301 representante da empreendedora aqui? **Dr. Rubens:** Estão aqui para esclarecimentos.
302 **Dr. Evaldo:** Pelo o que eu vi aqui, fala também em calcário, calcário agrícola. **Dr.**
303 **Rubens:** Alguém da empresa gostaria de vir aqui à frente, por favor. **Carlos Eduardo**
304 **(representante da Votorantim):** Nosso projeto de Primavera visa a produção de
305 cimento com a exploração de minério de calcário. Nós não temos. Talvez o calcário
306 agrícola seja só o subproduto da exploração mineral, mas em termos de produção, a
307 produção nossa é em cimento. **Dr. Evaldo:** Eu tô vendo aqui. O projeto em questão é
308 de responsabilidade da empresa Votorantim Cimentos que é da Volte Operacional que
309 reúne empresas de cimentos e agregados, cal hidratada, argamassa, calcário agrícola,
310 gesso, concreto, do grupo Votorantim. Ou seja, essa parte de agregados, a cal, a
311 argamassa, o calcário agrícola, o gesso, vocês não pretendem? **Carlos Eduardo:**
312 São empresas do grupo Votorantim, mas não são contemplados nesse nosso projeto.
313 **Dr. Evaldo:** Pelo o que eu sei, o material do cimento é praticamente o mesmo da
314 rocha calcário, apenas o dolomítico e outro calcítico, e normalmente existem os dois
315 na mesma área. Nessa área, ela tem calcário dolomítico também na mina ou ele é só
316 calcítico? **Carlos Eduardo:** Só calcítico. **Dr. Evaldo:** Só calcítico, absolutamente todo
317 calcítico. **Carlos Eduardo:** As outras empresas fazem parte do grupo, mas não é o
318 que visa o nosso projeto. **Dr. Leal:** Eu queria a pergunta do Dr. Evaldo e talvez ser
319 mais objetivo por causa da intimidade. A licença que está sendo discutida é só para
320 fabricação de cimento. Quer dizer, que a empresa não pode em seguida criar
321 alternativas e produzir outras coisas. A proposta é clara aqui, que é só para produzir
322 cimento. **Dr. Evaldo:** Aí, obviamente que louvo a iniciativa da fábrica de cimento, mas
323 eu acabo ficando triste porque o grande gargalo da agricultura paraense hoje é a falta
324 de aproveitamento das nossas jazidas de calcário dolomítico. Nós sabemos que a
325 agricultura é a base de qualquer economia, em qualquer lugar do mundo e a economia
326 paraense não vai desenvolver enquanto nós não tivermos minas de clacário
327 exploradas, porque o material a gente tem. O Leal é do ramo pode dizer melhor do
328 que eu. Até na região de Itaituba tem, parece que na região de Palestina tem também,
329 aqui na região de Capanema, e por isso eu fiquei até feliz quando eu olhei que dentro
330 das atividades do grupo estava a do calcário dolomítico, chamado de calcário agrícola.
331 Mas infelizmente o projeto não contempla. **Dr. Colares:** Mas me parece que, eu não
332 sei, se na área tem potencial para o calcário agrícola nessa região. Inclusive, já é uma
333 discussão a parte, mas é importante esclarecer. **Dr. Hidelgado:** Bom dia a todos. A
334 afirmação do conselheiro Evaldo é absolutamente relevante quanto à importância que
335 tem o insumo do calcário agrícola para o desenvolvimento da agricultura,

336 particularmente considerando as características dos solos tropicais e dos solos
337 amazônicos. Mas é verdade também, e aí a gente precisa no âmbito desse conselho
338 dividir, por isso eu não tinha nem pedido a palavra, de qual é o objeto do licenciamento
339 que está sendo proposto. O projeto é específico para questão da fabricação de
340 cimento, naturalmente o grupo empresarial, e aí falando como integrante do Governo
341 do Estado, tem outras negociações com o governo a exemplo da política de
342 incentivos, onde essa discussão que o Evaldo levanta entra na pauta de discussão e
343 que naturalmente está sendo previsto um novo investimento, quando você precisa de
344 complementações para fazer a coagem de calcário para destinação agrícola, será
345 necessário um novo processo de licenciamento para essa atividade aqui dentro. Então
346 reforço a importância que tem o calcário agrícola para o desenvolvimento da
347 agricultura paraense. É interesse do Estado que o grupo empresarial possa dedicar-se
348 a essa atividade suprimindo particularmente uma área muito necessária de calcário que
349 é o nordeste paraense, com solos já exauridos pela exploração a bastante tempo. É a
350 área de antropização mais antiga do Estado, mas creio que essa discussão se dará
351 nessa própria negociação entre o governo do Estado, a câmara de da política de
352 incentivo e a empresa, como um complemento dessa política, e isso será trazido para
353 este conselho, por hora, no momento do processo de licenciamento. **Dr. Leal:** Eu
354 quero aproveita as palavras do conselheiro Hidelgado, mas enfatizar que a SEMA
355 também pode como representante do governo do Estado introduzir ou negociar os
356 interesses do Estado. Eu acho que caberia, como disse o Evaldo, nesse processo de
357 reacionamento que a SEMA e a empresa Votorantim desenvolveram ao longo desse
358 tempo, ter mostrado a necessidade do Estado em ter a produção de calcário agrícola.
359 Então, além desse novo prazo do Estado que busca esses incentivos, eu acho que a
360 própria Secretaria também pode perfeitamente, no momento em que ela verifica que o
361 empreendedor está se propondo a investir e gerando, utilizando esses bens minerais,
362 ver se utiliza com amplitude maior. Eu acho que também cabe perfeitamente a
363 atuação da SEMA. **Dr. Colares:** Até por que a SEMA também participa da comissão
364 estadual de incentivos fiscais, também pode apontar isso como parte, eu diria, de uma
365 demanda, isso eu não vejo nenhum problema. Embora, do ponto de vista legal e
366 ambiental a gente não pode impor isso, mas aproveitar a oportunidade para pontuar
367 esta demanda e discutir as diversificações do investimento tendo em vista a contra
368 partida que a própria empresa pode ter para o desenvolvimento local, para
369 internalização de benefícios, a dinamização da economia local, para não criar mais um
370 enclaves, guardando as devidas proporções, mas é o que é também, como qualquer
371 outra atividade mineraria que a gente pode pontuar isso de maneira a incentivar essa
372 integração com a economia e a diversificação com a economia local. Acho, entretanto
373 eu pontuo, no que diz respeito à potencialidade e aproveitamento do calcário lá para a
374 agricultura, nós já tivemos várias inserções em outros tempos, e o Hidelgado é prova
375 disso, de tentar incentivar a produção do calcário no nordeste paraense.
376 Conseguimos, inclusive, introduzir uma empresa com incentivo fiscal lá na Palestina,
377 de fato lá há produção, inclusive sazonal, mais que aproveitam para atender a
378 agricultura familiar com a utilização de cinco mil toneladas/ano para aproveitar a
379 economia familiar. Acho que também é uma questão, que no oeste do Estado, ali em
380 Itaituba e Aveiro que tem também um potencial do calcário dolomítico. Mas o problema
381 está relacionado ao potencial em escala de produção desse calcário para manter o
382 custo operacional da empresa para suprimento do calcário para a agricultura. Mas eu
383 acho que essa proposição, não só no aspecto para esse tipo de investimento, mais em

384 outro, a SEMA pode pontuar sim junto com os outros órgãos que definem a política
385 pública de desenvolvimento do Estado. **Dr. Evaldo:** Secretário, os técnicos da
386 secretaria que examinaram as jazidas, eles estão aqui? **Dr. Rubens:** Estão todos
387 aqui. Só por uma questão de ordem, Dr. Evaldo, o representante da FETAGRI está
388 pedindo há bastante tempo a palavra. **Dr. Imbiriba:** Bom sai a todos! Só para reforçar
389 essa questão do calcário agrícola e o nosso Secretário de Agricultura Dr. Hidelgardo
390 sabe da nossa pauta, com relação ao Estado, nós temos um Estado rico em calcário,
391 mas nós precisamos fazer essa distribuição para a agricultura familiar. O Dr. Colares
392 já falou que nós temos Palestina, que está fornecendo para agricultura familiar, só que
393 é na região sul do Pará. E até colocamos como proposta para o Estado, fazer um
394 entreposto aqui próximo da região metropolitana para esses municípios daqui terem
395 acesso. Eu acho que falta a gente definir melhor essa política para agricultura familiar
396 no Estado do Pará, tendo em vista que em todos os casos nós temos o calcário
397 agrícola, o que falta esse acesso para agricultura familiar. **Dr. Colares:** Imbiriba,
398 inclusive, nós tínhamos pensado nisso em outras... O problema é o custo do
399 transporte. O calcário é custo de transporte, este que é o problema. Inclusive, se
400 facilitasse, seria preferível o Estado criar um mecanismo de fomento de cortar calcário
401 do nordeste, do que trazer da Palestina, por exemplo. Entendeu? Do oeste para trazer
402 para cá. O oeste atenderia o oeste, a Palestina atenderia a região do entorno e aqui
403 no nordeste nós teríamos que ter uma solução. O problema é custo. **Dr. Evaldo:** Ouvi
404 do representante que foi da FETAGRI que o estado é rico em calcário, na realidade
405 não. O calcário não é..., as minas são poucas. E aí, minha preocupação, ela existe,
406 justamente por esse comentário que foi feito agora. Como o maior custo de calcário é
407 justamente o transporte e nós temos algumas minas raras no Estado, não existe assim
408 em grande número, isso nós causa certa preocupação. Teríamos que fazer essa
409 prospecção, um estudo melhor e descobrir novas minas, é esse estudo que é
410 necessário, é ma coisa fundamental e basilar. É uma coisa que não me entra na
411 cabeça, como é que o Estado do Pará não produz calcário. Eu não consigo entender
412 isso. O tanto de terra agricultáveis que nós temos, terras planas, o clima que é
413 absolutamente o mesmo durante o ano todo, repete ano por ano. Não temos variações
414 climáticas, os não temos geadas, não temos esses fenômenos que atrapalham a
415 agricultura, estamos em condições ideais, temperatura entre 23° e 36° graus,
416 praticamente o ano inteiro, com pequenas variações, além disso. Quer dizer, tudo para
417 desenvolver uma agricultura em condições de competir com qualquer estado do sul e
418 do sudeste com grande vantagem e nós não desenvolvemos a nossa agricultura,
419 porque nós não temos o calcário. Porque falta o básico que é o calcário. E outra
420 característica do solo, que eu não sou especialista, mas, é a alumina. O alto teor de
421 alumina que impede, que aumenta a acidez do solo onde o calcário é absolutamente
422 indispensável. A palavra é esse, indispensável. O assunto que o secretário conhece
423 bem, que é a questão da mandioca, quando nós trabalhamos com uma produtividade
424 de 15, 20 toneladas de mandioca por hectare, nós podemos ter 35, 40, se nós
425 tivermos o calcário. Quer dizer, dobra a produção. Estamos enroscados no quê? No
426 calcário. E aí, nos temos aqui um projeto de calcário. A mina é absolutamente a
427 mesma, a que produz cimento e a que produz calcário, é a mesma. Eu estava até
428 solicitando ajuda aqui para o Dr. Leal. É o carbonato de cálcio. Normalmente, onde
429 tem material para o cimento, tem também o calcário dolomítico. Porque tem o calcário
430 calcítico e o dolomítico. Calcítico eles usam para cimento e o dolomítico para a
431 questão agrícola. Por isso que eu quero ouvir dos técnicos da SEMA, porque na

432 realidade eu não me convenço que nessa mina só tenha calcítico e não tenha nada de
433 dolomítico. **DR. COLARES:** Evaldo, com relação a isso, eu não sou muito apropriado
434 para dizer. Mas eu acho que a gente podia lá na Câmara Técnica de Agricultura, com
435 o secretário de Agricultura retomar essa discussão específica com relação ao fomento
436 de calcário. Acho que pode até ter, mas precisa ter em escala necessária. Eu quero
437 firmar isso, porque por volta de 2000, nós fizemos um estudo com a SEICOM, antes
438 da SEDECT, fizemos um estudo com a Secretaria de Agricultura, com a EMATER,
439 fizemos uma varredura do potencial da produção de calcário dolomítico no nordeste
440 paraense, inclusive com relação a essas minas e não foi detectado calcário em padrão
441 suficiente, em escala suficiente para fomentar uma unidade industrial na área. E eu me
442 lembro muito bem disso, a discussão se moveu por conta da descoberta de Palestina,
443 foi quando nós fizemos uma varredura no Oeste do Pará e descobrimos uma mina lá
444 em Aveiro. Então, foi por conta disso que não conseguimos colocar uma unidade
445 industrial no Nordeste. Mas acho que isso é um tema que precisa ser retomado. Eu
446 acho que no âmbito das câmaras setoriais de agricultura, na Secretaria de Agricultura
447 isso pode ser retomado, verificando não só o calcário, mas tem o fósforo e outros
448 fertilizantes de necessidade tão urgentes e necessárias como o calcário para
449 agricultura paraense. **Dr. Evaldo Pinto:** Mas eu insisto Secretário, eu quero saber dos
450 técnicos da SEMA se essa jazida, que é objeto desse projeto, se nessa jazida não
451 tem, se existe incidência ou não do calcário dolomítico. E se tiver, em que proporção.
452 **Sr. Ronaldo (Técnico SEMA):** Na verdade aquela ocorrência, naquela área de
453 Capanema ocorre uma formação geológica chamada formação Pirabas e o ambiente
454 de formação daquela jazida dali não dá condições de concentração de magnésio
455 suficiente para formar o calcário dolomítico. Então, a grande quantidade que tem ali é
456 de calcário calcítico. Em outros ambientes, como lá no Oeste do Pará, Palestina, a
457 gente teve condição de formação de concentração maior de magnésio, que esse teor
458 de magnésio acima de 2% é considerado calcário dolomítico, que não é o caso
459 daquela região ali de Capanema. **Dr. Evaldo Pinto:** Tá, então nessa mina não tem
460 dolomítico. **Sr. Ronaldo:** Em quantidade suficiente para aproveitamento na agricultura
461 não. **Dr. Colares:** Evaldo, eu me lembro que nós chegamos a fazer composições para
462 tentar elevar o teor de magnésio. Fizemos várias formulações e não conseguimos um
463 equilíbrio economicamente sustentável para funcionar uma unidade lá. Mas isso
464 precisa ser compartilhado. **Dr. Evaldo Pinto:** Não, minha preocupação, que eu iria
465 colocar como condicionante, se os técnicos dissessem que existe uma pequena parte
466 que obtivesse a incidência de dolomítico, eu ia colocar na condicionante que essa
467 parte fosse utilizada para essa atividade. Mas nessas condições. **Dr. Leal:** Dr.
468 Colares, eu gostaria de colocar, para que da minha parte encerre a discussão do
469 assunto, que até acho que essa sugestão do Presidente é oportuna, a gente precisa
470 discutir essa questão novamente. Mas eu entendo o seguinte. Primeiro, a correção do
471 solo não precisa ser calcário dolomítico, qualquer calcário serve para corrigir solo.
472 Segundo, quando é dolomítico, obviamente você tem um nutriente a mais, você já
473 coloca o magnésio pelo mesmo preço à disposição de alguma necessidade da
474 agricultura. Por terceiro, completando o que o Dr. Ronaldo colocou, o Estado dispõe
475 realmente, viu Dr. Evaldo, em todos os seus cantos de ocorrências de calcário
476 significativas. Lá na zona Calha Norte nós temos Monte Alegre, a Região do Meio
477 riquíssima em calcário, na região de Itaituba, Transamazônica tem muito calcário. Aqui
478 nós temos calcário. Quer dizer, que não é esse o problema, nós temos calcário. Nós
479 não podemos pensar realmente, em trazer calcário, porque a cada 100km dobra

480 preço, senão chegaríamos a preços impróprios para a agricultura. Mas eu acho que
481 nós precisamos discutir essa questão do incentivo de atração, porque nós temos
482 ocorrências que podem transformar em minas, em todos os quadrantes do Estado. **Dr.**
483 **Rubens:** Retornando a questão de aprovação e deliberação do parecer da CT e já
484 podemos partir também para votação. Alguém quer se pronunciar. **Dr. Imbiriba:** A
485 FETAGRI pede vistas do processo, tendo em vista que nós não conhecemos a
486 questão social e ambiental e também se nesse município existe unidade de
487 conservação, essa questão fundiária e por esses e outros motivos a FETAGRI pede
488 vistas do processo. **Dr. Evaldo Pinto:** Sr. Secretário, desculpe até interrompe-lo. Eu
489 fiz essa objeção do calcário dolomítico, porque eu sei que é uma necessidade da
490 região nordeste, não que eu seja contrário ao projeto, muito pelo contrário. Eu acho
491 que é um projeto importante e eu antecipo o meu voto e também convoco outras
492 instituições que também já se julgarem em condições de antecipar o voto, porque é
493 um projeto estruturante para o Estado, não só porque é mais uma fábrica para o
494 Estado, não é isso não. É porque nós precisamos, inclusive com o advento da usina
495 de Altamira, de Belo Monte, nós vamos precisar de uma grande quantidade de
496 cimento. Então, eu acho que é um projeto importante e em nome da OAB eu já
497 antecipo o voto favoravelmente e convoco os outros Conselheiros que estiverem em
498 condição de votar, que votem dessa mesma forma. **Dr. Armando Soares:** Eu quero
499 acompanhar o voto da OAB e antecipar o voto da FAEPA. Eu voto favoravelmente,
500 porque eu acho que é uma empresa de alta importância econômica e social. **Dr.**
501 **Colares:** Eu quero aqui fazer um apelo ao Imbiriba. Eu não vou retirar o direito de
502 pedir vistas, mas eu faria um apelo, que tu fizesses uma troca, ao invés do teu pedido
503 de vistas, a gente fizesse uma exposição específica para tirar todos os
504 esclarecimentos com relação ao projeto. A própria empresa pode fazer uma
505 exposição, a gente pode marcar uma data aqui mesmo na SEMA, ou onde tu achares
506 necessário. Eu faço o apelo, porque esse projeto está rolando há tempo. É uma
507 questão de celeridade e economicidade. Porque aqui há de fato um projeto que está
508 tendo um prejuízo enorme por essa postergação. É enorme para o município, para a
509 população local, e para expectativa que se tem em relação a esse projeto. Ainda é um
510 projeto de licença prévia, que está sujeito a todos estas condicionantes, inclusive
511 condicionantes a ponto zero. Não é só de 90 dias, é de 120,180. Quer dizer, há uma
512 situação rigorosa com relação as imposições que a gente deve fazer quanto a
513 empresa, tendo em vista o benefício local. Então eu pediria, Imbiriba, se é o caso de
514 esclarecimento, que a gente apartasse esse pedido, sem tirar teu direito de voto. Tu
515 podes até se abster agora, dizer assim: "Olha eu não conheço o projeto, eu me
516 abstenho...", ou faz qualquer outro encaminhamento que a gente possa esclarecer à
517 FETAGRI todo o empreendimento, inclusive debater todos esses conhecimentos e
518 condicionantes para que tu possas ter clareza com relação às condicionantes. Mas se
519 a gente impedir mais 15 dias com relação a isso. Nós já temos 1.294 projetos dentro
520 da SEMA, é uma coisa impressionante, sem contar a sobrecarga dos técnicos. Nós
521 vamos mais uma vez engatar esses técnicos que precisam ser liberados para outros
522 projetos. É mais uma sobrecarga que nós temos, ouviu Imbiriba? Eu faria um apelo,
523 nós poderíamos, ou a empresa apresenta agora o detalhe do projeto ou marca agora
524 um horário específico com vocês para que faça esses esclarecimentos, para que a
525 gente possa evitar mais uma postergação. Esse projeto já era para ter sido aprovado
526 em fevereiro de e foi postergado novamente, tá Imbiriba? E eu tenho o
527 comprometimento da SEMA com vocês de esclarecer, colocar a empresa à

528 disposição, para que a gente faça esse debate junto com vocês. Ou a empresa expõe
529 aqui, mas se não houver como claro com relação ao entendimento do projeto, que a
530 gente faça uma reunião específica com a FETAGRI para fazer essa exposição e tirar
531 todas as dúvidas possíveis. **Dr. Imbiriba:** Dr. Colares, nós até levamos em
532 consideração a proposta do nosso Secretário, mas que a gente já saísse daqui com
533 uma data marcada e que a apresentação seja lá no município. Aí, a gente convidava o
534 nosso sindicato, as associações para esclarecer, porque tem essas questões
535 fundiárias lá. Tem reservas extrativistas. Teve audiência pública, mas não foi para todo
536 esse público. **Dr. Colares:** Acho que podemos fazer esses esclarecimentos ao
537 seguimento lá, não vejo problema. É interesse da empresa, é interesse do município, é
538 da comunidade local, porque se não for da comunidade local, não é uma empresa
539 para o desenvolvimento do local. **Dr. Imbiriba:** Dia 26 ou 27 poderia ser uma data, a
540 gente está sugerindo. **Prefeita de Primavera Cleuma Bezerra:** Eu gostaria de
541 esclarecer, que nas duas audiências prévias, uma audiência e uma reunião, com o
542 mesmo caráter, com caráter de audiência, a população de primavera, toda a
543 população de primavera está de braços abertos para o projeto, tem conhecimento do
544 projeto, teve oportunidade nessas audiências de tirar suas dúvidas. E eu acredito que
545 sinceramente, não há necessidade, porque o sindicato lá em Primavera participou,
546 todos os sindicatos participaram da reunião, da audiência. Então eu acho assim, que
547 se está voltando desnecessariamente. É uma perda de tempo, eu acredito que se está
548 só postergando a situação, toda população de Primavera quer o projeto. Nós também,
549 assim como a SEMA, achamos que o projeto já está há tempos demais, o projeto já
550 era para estar, inclusive, gerando renda e emprego para a população e hoje a gente
551 está frustrado por conta da demora. Então eu faço um apelo para os Conselheiros, e
552 que realmente possam nos ajudar e acelerar o processo. **Dr. Colares:** Tem mais
553 alguém querendo se manifestar. **Dr. Alex Fiúza:** Eu terei que me ausentar para um
554 outro compromisso agora, eu deixo meu voto favorável ao projeto, caso se submeta,
555 eu deixo contabilizado o meu voto a favor. **Dr. Moura:** Eu como relator do parecer,
556 também não preciso nem antecipar meu voto, ela já é antecipadamente declarado,
557 mas eu gostaria de fazer uma reiteração do que eu falei na reunião passada. Eu
558 participei da reunião pública lá em Primavera e pela primeira vez, em uma reunião
559 desse gênero, eu vi praticamente que a unanimidade de opinião da sociedade civil, do
560 MP, da equipe técnica, da equipe jurídica, todo mundo unanimemente aprovando o
561 projeto, porque ele realmente traz benefícios para o município e para o entorno. E
562 principalmente, com o trabalho desenvolvido como está escrito no processo todo, pelo
563 Instituto Votorantim, que se encarrega das obras sociais e do aprimoramento da
564 relação empresa e sociedade. Eu parabenizo a Votorantim e manifesto o meu voto a
565 favor. **Sr. Lisboa, vereador de Primavera:** Eu só queria colocar aqui, que eu acho
566 que está havendo, um desencontro de informações, inclusive entre a FETAGRI e o
567 próprio sindicato. Porque o próprio sindicato lá em Primavera esteve presente em
568 todas as audiência e teve seu aprovado, com toda a diretoria que estava presente em
569 todas as nossas reuniões, em todas as audiências públicas. Então eu acho que está
570 havendo uma certa falta de informação do sindicato com a FETAGRI. **Dr. Amiraldo:**
571 Como representante da Secretaria Estadual de Saúde Pública, eu quero registrar meu
572 voto favorável. Como bem colocou o Dr. Moura, nem necessitaria, mas eu antecipo
573 aqui o meu voto favorável ao pleito. **Dr. Carrera:** Eu acho que o espaço tem que ser
574 assim mesmo, extremamente dialógico. O representante da FETAGRI, os
575 trabalhadores, pediram vistas do processo, o secretário fez uma ponderação, teve

576 sensibilidade extrema com o representante dos trabalhadores da agricultura, disse
577 apenas que tudo bem. Ele não está negando a aprovar, mas vamos fazer o debate.
578 Pessoal, dialogicidade em qualquer momento, nunca é demais. Eu tenho certeza que
579 cada um que está aqui representa determinados interesses. Por mais que o
580 representante do poder público, que é a prefeita que está aqui, represente o ponto de
581 vista, legitimamente constituído de todo mundo, mas não é o consenso também, nada
582 é cem por cento. Então se o sindicato está fazendo um apelo a este plenário aqui, eu
583 acho que nós temos que nos sensibilizar, tal qual ele se sensibilizou com o apelo do
584 secretário e nunca vai ser demais, pode ter tido mil reuniões, essas mil reuniões não
585 foram suficientes, nunca serão suficientes. Se tem uma coisa pendente e não temos
586 nada a temer, nós estamos aprovando o processo aqui, então vamos fazer o debate.
587 Então eu faço um apelo ao plenário para compreender a sensibilidade que o
588 representante da FETAGRI teve aqui e que diálogo nunca é demais, ainda mais em
589 um empreendimento que está se instalando, uma licença prévia. Esse é o apelo que
590 nós fazemos. **Dr. Colares:** Nós não estamos condicionando a aprovação. A aprovação
591 seria feita hoje e faria uma reunião lá. A FETAGRI que independentemente de já ter
592 sido ouvido os sindicatos, nos não vemos problema no fato da empresa fazer uma
593 reunião, fazer uma explicação sobre o projeto em uma reunião local. Isso não significa
594 que vão esperar a reunião para aprovar o projeto. Aprovaríamos o projeto hoje e a
595 empresa se compromete, marca uma data com a FETAGRI, reúne o sindicato lá e vai
596 fazer a exposição do projeto que foi aprovado, Eu acho que é até um momento para
597 expor também, e é preciso que a comunidade local e a prefeitura tenham
598 conhecimento das condicionantes da aprovação do projeto. Nós estamos aprovando
599 um projeto, uma licença prévia que está sujeita a condicionantes para dar a licença de
600 instalação e que é muito importante que todo mundo saiba sobre essas
601 condicionantes, porque depois fica a SEMA aqui na responsabilidade de peitar a
602 empresa para cumprir as condicionantes e aí vai ter aquele velho problema. Olha só,
603 para se ter uma ideia, está aqui dito: “prazo 0: recomenda-se adotar a área 01 para
604 soltura da fauna e a área 02e 03 para afugentamento da fauna.” É prazo zero, isso
605 tem que ocorrer. “Noventa dias: apresentar alternativas de reposição florestal na área,
606 apresentar protocolo de solicitação de outorga dos recursos hídricos que serão
607 utilizados.” São várias imposições que vão garantir de fato uma instalação respeitando
608 a sustentabilidade e a comunidade local, os sindicatos, as representações de outros
609 setores sociais que tem que entender essas condicionantes para cobrar da empresa
610 que de fato se faça uma instalação sustentável. Porque gente, outra coisa é preciso se
611 demarcar aqui, o que se faz muito é aprovar um projeto com 80 condicionantes e
612 depois para cumprir ninguém cumpre. E aí fica com o projeto funcionando, com
613 problema de poluição do município, com problema de impacto sobre recursos hídricos,
614 com problema de impacto sobre a questão florestal e a questão social, porque acaba
615 não envolvendo, não incorporando ao município medida de atendimento ao serviço
616 público de saúde, segurança, de proteção social. E a comunidade local precisa saber
617 sobre que condições foi aprovado o projeto para o COEMA. Então não vejo nenhum
618 problema da empresa fazer a exposição, ela vai precisar interagir localmente.
619 Inclusive, aproveita a prefeita aqui, incluir outros seguimentos que possam entender
620 melhor a partir daí. Porque a partir deste momento aqui a empresa vai ter que cumprir
621 tudo isso. E não é uma exigência da SEMA, o licenciamento é institucionalizado, é
622 uma licença aqui com condicionante para proteger o município e garantir a
623 internalização dos benefícios sociais do empreendimento no município. Então, é muito

624 importante essa integração entre os segmentos locais, a prefeitura e a SEMA, para
625 exigir da empresa que ela cumpra as condições as quais tornam o empreendimento de
626 fato sustentável. E a sustentabilidade, a essencialidade da sustentabilidade é
627 fundamental a equidade social e que a empresa se instale promovendo oportunidade e
628 benefício para todos e é isso que tem que está sujeito a estas condições sob as quais
629 nós estamos aprovando o empreendimento. Por isso, fica esse acordo com a
630 empresa. A gente pode marcar, viu Imbiriba, com a empresa. Não é mais uma
631 audiência pública, é um esclarecimento sob que condições a empresa foi licenciada e
632 aproveitando os segmentos locais para reforçar o monitoramento da sociedade local
633 com o empreendimento. Está bom? **Dr. Rubens:** Gostaria de passar a palavra para o
634 conselheiro Imbiriba para que ele se pronunciasse se está de acordo, para que ele tire
635 o pedido de vista. **Dr. Imbiriba:** A FETAGRI faz parte do Conselho há bastantes anos
636 e eu já estou há oito anos. Nós temos que ter muito cuidado na aprovação de qualquer
637 projeto, inclusive, hoje mesmo está na pauta a questão do projeto da Cargil, região
638 oeste do Pará, que é no meu município de Santarém. E por algum motivo até hoje é
639 pauta do Conselho essa questão das audiências públicas e licenciamento ambiental
640 que foi feito de maneira errada praticamente. Por isso que nós temos aqui essa
641 preocupação de que o licenciamento ambiental de instalação, possa ser bem
642 democrático, bem participativo e que tenha em primeiro lugar essa questão ambiental,
643 com responsabilidade social, ambiental e econômica. É por isso que nós estávamos
644 pedindo vista do processo. Agora, tem essa proposta do Secretário, de que se a
645 empresa juntamente com a SEMA concordar em fazer essa apresentação no
646 município, nós retiramos nossa proposta de vista do processo e aprovamos com essa
647 consideração; fazer essa apresentação lá no município com o sindicato, com as
648 associações da área lá dos trabalhadores e esclarecer. Porque uma coisa é fazer essa
649 apresentação antes da aprovação do Conselho e outra coisa é fazer depois da
650 aprovação, já com as condicionantes, é mais responsabilidade da empresa e também
651 do Estado. **Dr. Evaldo:** Também a OAB assume um compromisso com o conselheiro
652 Imbiriba de que se ele vislumbrar na apresentação qualquer problema, que eu apoio
653 ele para que seja corrigido na fase da licença de instalação, porque é apenas a licença
654 prévia ainda. É fácil conversar com o conselheiro, porque ele está habituado com
655 procedimento de licenciamento ou com os procedimentos de licenciamento, que são
656 três. Então se ele vislumbrar depois da apresentação algum problema, ele pode se
657 comunicar comigo, que a OAB engaja nessa luta. Mas eu acredito, pelo que temos
658 vislumbrado, pelas análises dos técnicos da SEMA, dificilmente se encontrará algum
659 tipo de problema. **Dr. Colares:** Pode o representante da empresa propor uma data
660 para que faça essa reunião de apresentação do projeto lá no município, aproveitando
661 que o representante da empresa está presente. **Representante da VOTORANTIM:**
662 Qual é a data proposta pelo conselheiro? **Dr. Imbiriba:** pode ser dia 27/04/2012,
663 sexta-feira. **Dr. Colares:** Pode ser dia 27? **Representante da VOTORANTIM:** Eu
664 gostaria de saber, da parte da empresa, nós temos aqui a consultoria. Eu entendo que
665 será uma reunião reduzida. **Dr. Colares:** É uma exposição de apresentação do projeto
666 aprovado com esclarecimento sobre as condicionantes, é isso, viu Prefeita? É muito
667 importante essa questão, porque para nós interessa também que a comunidade local
668 e a prefeitura local tenham entendimento correto sobre esses condicionantes, porque
669 é uma coisa que nós vamos exigir da empresa, porque nós estamos colocando aqui as
670 condicionantes exatamente para ajustar o empreendimento ao interesse local. Então é
671 muito importante o monitoramento por parte da sociedade local para que nós ajude

672 aqui também, a cobrar da empresa em tempo hábil para fazer a instalação, essas
673 condicionantes, porque sem os quais a empresa não faz a instalação. E eu acho que
674 seria uma reunião pública de apresentação do projeto já com a aprovação da LP. Só
675 para esclarecer a reunião não tem nenhum caráter deliberativo ou de questionamento
676 do projeto aprovado aqui. É uma apresentação do projeto aprovado sobre licença
677 prévia, é uma apresentação à comunidade local para tomar conhecimento de que a
678 empresa recebeu LP e que ela vai ser instalada mediante condicionantes aprovadas
679 aqui. **Dr. Hidelgado:** Bom presidente, vou primeiro manifestar meu apoio a esta
680 apresentação proposta pela FETAGRI a ser realizada no município de Primavera, em
681 segundo lugar manifestar o voto da Secretaria de Agricultura favorável à aprovação da
682 licença prévia e em terceiro aproveitar o tema que foi trazido aqui sobre a questão do
683 calcário para utilização agrícola, de que nós estamos em conjunto com a Secretaria de
684 Indústria, Comércio e Mineração, retornando esse tema e tendo já inclusive uma
685 reunião programada para avançar nesta questão, naturalmente, a partir da definição
686 dessa reunião a gente pode informar inclusive a esse conselho, que a gente sabe que
687 têm pessoas aqui que têm interesses e contribuições a trazer para essa discussão de
688 um assunto tão importante do desenvolvimento do setor rural do Pará, no mais eu
689 quero agradecer e me desculpar porque assim como o secretário Alex, nós estamos
690 com uma agenda apertada e eu vou ter que me retirar, mas queria fazer essa
691 manifestação antes da minha saída do plenário desse conselho. Muito obrigado a
692 todos. **Dr. Colares:** Obrigado, Dr. Hidelgado. Agora a representante da consultoria da
693 Empresa. **Rosa Cristina (consultora da empresa):** Eu sou representante da empresa
694 de consultoria que elaborou o estudo de impacto ambiental e eu gostaria de saber qual
695 a dimensão dessa apresentação, tendo em vista o curto prazo que nós temos. Eu
696 sugeriria que fosse uma coisa mais informal tendo em vista que nós já tivemos uma
697 audiência pública e uma reunião pública com toda a formalidade exigida pela
698 legislação e pelo órgão ambiental, então, reuniões assim que tinham mil e quinhentas
699 pessoas presentes, que se manifestaram e etc. Então, eu acho que tendo em vista a
700 solicitação do conselheiro eu sugeriria uma coisa mais informal, que a gente pudesse
701 apresentar o projeto, as condicionantes e haver uma discussão da parte técnica da
702 Empresa com vocês conselheiros que tiverem presentes para não perdermos tempo
703 em relação ao licenciamento. **Dr. Colares:** É uma reunião de esclarecimento, o projeto
704 foi aprovado, apresenta para a comunidade local o projeto aprovado, com suas
705 condicionantes, esclarecer sobre as condicionantes e a FETAGRI aproveitaria a
706 oportunidade para chamar os sindicatos ou os seus seguimentos na qual ele atua para
707 estar presente, para tomar conhecimento sobre isso, entendeu? Acho que é
708 importante, viu prefeita, porque a gente precisa de vocês para apertar a empresa.
709 **Lúcia Porpino:** Olha, só para esclarecimento, antes de encerrar, para confirmar a
710 aprovação. **Dr. Colares:** Falta só confirmar a posição do Imbiriba que já foi aceita, não
711 é? **Dr. Manuel Imbiriba:** Nessas condições, sim. **Dr. Colares:** Tudo bem, então são
712 seis (06) votos. **Dr. Rubens:** Quem aprovou aqui foi o Dr. Armando, o Dr. Evaldo da
713 OAB, o Dr. Alex Fiúza de Mello, o Dr. Luiz Nogueira, o Dr. Amiraldo da SESP, o Dr.
714 Hidelgado e o Dr. Manuel Imbiriba da FETAGRI com essa condicionante, que está
715 tudo acertado, e o nosso voto também favorável, faltando somente o Dr. Leal se
716 pronunciar. O Dr. Carrera também não votou ainda, desculpe, falta ele. **Dr. Leal:** Eu
717 peço desculpas porque tive que me ausentar por alguns segundos por necessidade
718 pessoal, mas, eu também sou favorável à aprovação desse projeto, dessa licença
719 prévia, agora o que nos preocupa muito secretário são os elementos que o senhor

720 levantou há poucos minutos às condicionantes, porque eu acho que têm
721 condicionantes que são do projeto, que deveriam estar incluídas para o projeto e
722 outras obviamente que só podem ser executadas na execução do projeto, mas tem
723 algumas que precisam ser incorporadas ao projeto, então, essa é a única ressalva que
724 eu gostaria de deixar, mas eu sou favorável à aprovação, acho que o Estado precisa
725 muito, a região principalmente, que é uma região extremamente desamparada, sem
726 nenhum projeto de desenvolvimento, é outra reclamação que precisa ser destacada
727 aqui. **Dr. Carrera:** Bem, nós representantes dos trabalhadores da gestão ambiental,
728 somos também favoráveis à aprovação e queremos dizer que esse diálogo aqui, a
729 própria consultoria, a empresa, a prefeita, estão de parabéns porque nós estamos
730 insistindo no diálogo, de forma intensa e efetivamente, então, conselheiros, parabéns.
731 **Dr. Rubens:** Então aprovado o parecer. Mais alguém quer se manifestar? Dr.
732 Nogueira? **Dr. Luiz Moura:** Pois é, só para corrigir, 'Nogueira', é meu nome do meio.
733 **Dr. Rubens:** Eu coloquei aqui em função da ATA anterior. É 'Nogueira Moura', não é?
734 Então nós temos a licença aprovada por unanimidade, foram nove (09) votos a favor e
735 dando continuidade, nós queremos colocar aqui como o último item da pauta em 'o
736 que ocorrer', o Dr. Leal quer fazer uma colocação? Manifeste-se, por favor. **Dr. Leal:**
737 Eu tenho algumas colocações para fazer e eu vou procurar ser rápido, eu sei que o
738 tempo já avançou, primeiro secretário, eu gostaria de saber como anda o Fundo
739 Estadual de Meio Ambiente, já estou aqui há três (03) anos, indo para o terceiro ano e
740 nunca tomei conhecimento qual o estado desse fundo, se ele ainda existe, se tem
741 recursos, se os recursos foram aplicados, como foram aplicados, até porque, pelo
742 regimento o COEMA teria que todo fim de ano aprovar a questão do fundo, então eu
743 gostaria de pedir isso, segundo, eu gostaria de fazer uma reclamação como
744 conselheiro, eu solicitei e não recebi nem resposta sobre uma fita gravada da última
745 reunião e até hoje eu não mereci resposta, acho que não é uma maneira confortável
746 de ser tratado, em terceiro lugar, eu gostaria de destacar que também solicitei e não
747 fui atendido que os projetos de reestruturação tanto da SEMA, como do COEMA, que
748 estão em elaboração, que nós conselheiros recebêssemos esses projetos, para quem
749 sabe, pudéssemos colaborar também. E outra solicitação que eu fiz em reuniões
750 passadas, e é bom que a Dra. Lúcia está presente, é sobre as questões das licenças
751 ambientais na área da APA Tapajós, eu represento uma ONG, AMOT, associação dos
752 mineradores de ouro do tapajós, e aquela região secretário, o senhor esteve
753 recentemente lá e sabe que está vivendo uma situação difícil em que além do boi
754 pirata, nós temos o ouro pirata lá, e por falta obviamente dá licença que credencia os
755 produtores a poder negociar, então, eu gostaria de saber que isso estava dependendo
756 de uma reunião, perdão, de um convênio com o IBAMA e esse convênio está em via
757 de ser aprovado, se as licenças já estão sendo expedidas, enfim. Portanto eu gostaria
758 muito, Dra. Lúcia, secretário presidente, de pedir a atenção de meus colegas
759 conselheiros principalmente, porque tem um fato que eu considero emblemático, que
760 se trata da anuência do COMAR quanto aos projetos propostos se tem a possibilidade
761 da geração de aves que, obviamente, causarão ou poderão causar problemas à
762 navegação aérea. Eu acompanhei e acompanho desde o início de junho do ano
763 passado, embora eu tenha uma história anterior de muitos anos, mas de junho para
764 cá, onde foi feita uma solicitação de vistoria, para implantar no projeto, e a solicitação
765 foi atendida e a vistoria foi feita, pelo o que temos conhecimento todas as análises e
766 pareceres foram favoráveis, quando em via de ser expedida a licença foi descoberto
767 que o projeto, que é um frigorífico, estaria em um raio de 9km de três pistas de pouso

768 e isso implicou na geração de uma notificação que foi feita para o empreendedor e
769 essa notificação foi recebida, se eu não estou enganado, em agosto do ano passado e
770 em outubro o empreendedor deu entrada então no COMAR solicitando a anuência no
771 vigésimo oitavo dia útil do mês de março, quase seis meses depois, o COMAR
772 respondeu dizendo que não precisava ser consultado sobre este caso, uma vez que, o
773 raio de 9km tem que partir de um aeroporto público ou comercial, e no caso o
774 empreendimento estava em um raio de 9km de três aeródromos particulares e ele
775 inclusive diz que não precisa ser consultado quando se tratar de situação semelhante.
776 Eu estou levantando duas questões, primeiro, o COMAR por algum motivo tem
777 dificuldades em ser célere na apreciação, então, isso ficou quase seis meses
778 aguardando a resposta do COMAR, entrou no dia 17 de outubro e saiu no dia 28 de
779 março, segundo que não precisava realmente da anuência do COMAR pelo o que ele
780 diz no documento. No documento, eu lendo aqui, e eu estou levantando essa questão
781 não é para culpar ninguém, eu estou levantando essa questão para a gente tentar
782 corrigir, se for o caso, essa situação. O COMAR diz aqui na resposta que ele mandou
783 para o empreendedor o seguinte, no fim do ofício que tem duas páginas, ele diz: 'por
784 fim, informo à V. Exa. que esse serviço regional não vê necessidade de emissão de
785 parecer para casos dessa natureza', porque ele não está dentro de um raio, segundo
786 palavras do COMAR, não é o Leal que está analisando, nem interpretando a resolução
787 do CONAMA, o COMAR diz que não precisava ser consultado quando for órgãos ou
788 aeroportos comuns ou comerciais, eu gostaria de levantar isso porque o
789 empreendedor que já está há uns cinco anos nesse vai e volta, investiu, o projeto foi
790 vistoriado pela equipe da Dra. Lúcia, atestou que o empreendimento é de qualidade, o
791 técnico e de tecnologia eram atuais, enfim, estava em condições de ser licenciado, aí
792 teve essa questão do COMAR e o COMAR talvez por problemas de estruturas, ele me
793 disse que já tem projeto que já está lá há um ano e a gente passa a ter para o
794 empreendedor, além da demora natural que a SEMA tem para poder analisar esses
795 projetos, aí ficou quase seis meses aguardando essa anuência do COMAR, eu
796 gostaria de pedir ao secretário que não só nos dê uma resposta dos outros fatos, mas
797 que procure uma maneira de a gente dar celeridade na análise de licenciamento
798 porque nós precisamos desses empreendimentos, até porque ele é o único na região
799 lá, o que causa um prejuízo social muito grande na região. **Dra. Eliana Zacca:** Qual é
800 esse município? **Dr. Leal:** É Itaituba. **Dra. Lúcia:** É porque é uma resolução do
801 CONAMA, que é a resolução 04 de 1995. Ela estabelece um raio de 20 km para
802 aeródromos e para aeródromos não homologados um raio de 13 km, então é
803 determinação da própria resolução do CONAMA, então isso foge, quando diferencia
804 desse raio nós pedimos a autorização do COMAR, ele é que tem o estudo de rota,
805 entendeu? Então não podemos nos manifestar favoráveis se há uma coisa que está
806 contrariando uma resolução do CONAMA, uma resolução federal, então esse é o
807 procedimento que a gente vem tomando como órgão ambiental há muito tempo.
808 Agora, se ele fala que não é preciso, não deveria, então, eu acho no meu ponto de
809 vista que se deve alterar a resolução. **Dr. Evaldo:** Não, eu acho que é ao contrário,
810 nós temos que comunicar ao COMAR que ele foi consultado em função de uma
811 resolução do CONAMA, que deve ser de desconhecimento de quem lavrou a
812 informação. **Dra. Lúcia:** Ele sabe Dr. Evaldo, esse é o nosso procedimento e isso vem
813 desde muitos anos, desde 1995, data da criação da resolução. Entendeu? Esse é o
814 nosso procedimento, eu não posso fazer contrário. **Dr. Leal:** Eu gostaria de ler, pois,
815 gostaria de dar um esclarecimento. Ele dia no item 3 aqui, e isso é resposta do

816 COMAR para a SEMA, o seguinte: “Por oportuno cumpre ressaltar o que prevê o plano
817 de gerenciamento de risco aviário, em seu item 426 que fala da responsabilidade dos
818 SERIPAS - que são os órgãos que dão o parecer e está escrito entre aspas- elaborar
819 parecer sobre a implantação e o funcionamento de atividades com potencial de
820 atração de aves localizadas dentro da AGRA (Aeródromos Públicos) em
821 assessoramento ao comandante do respectivo COMAR”, então o que ele diz é que
822 essa resolução 4 traz para si o raio dentro de uma área cujo centro é um aeroporto
823 público o que não é o caso dos três aqui. **Dr. Colares:** Leal, eu peço que a gente
824 possa discutir isso à parte, ela pode até agendar conosco, eu posso até participar
825 dessa reunião, chama o interessado e a gente discute com a parte e verifica, confronta
826 todo esse detalhamento, não há nenhum problema de nossa parte simplesmente de
827 dar uma de turrão, eu não quero fazer isso. Nós estamos à disposição para fazer essa
828 avaliação à parte. Eu pediria, eu não queria ser deselegante contigo, mas eu vou ter
829 que me ausentar porque eu estou com uma agenda para cumprir lá com o secretário
830 especial de infraestrutura e todos os teus questionamentos com relação ao fundo, com
831 relação à estruturação, não só com o fundo da SEMA, eu só quero dizer que eu estou
832 há dois meses aqui e ainda estou definindo a minha agenda, mas não é só com o
833 FEMA, é com o fundo de compensação, é com a cobrança dos recursos hídricos e
834 outras questões que a gente pode, embora no caso dos recursos hídricos tenha o seu
835 conselho específico, mas tem importância no rebatimento da política de
836 desenvolvimento sustentável e inclusive o que a gente está pensando em relação a
837 reestruturação do sistema e da SEMA, a ideia é constituir três institutos, a SEMA vai
838 ficar com a política do desenvolvimento sustentável do Estado e vamos transformar
839 operativamente sobre a premissa de autonomia administrativa financeira a criação do
840 Instituto da Biodiversidade das áreas protegidas, a criação do Instituto de
841 regularização Ambiental que opere com a concessão de outorga, o licenciamento da
842 agenda verde e da agenda marrom, operativamente casado com a desconcentração e
843 a descentralização que é o nosso grande problema, quando eu falo que a gente tem
844 só aqui da agenda marrom 1294 projetos, nós temos só na área de recursos hídricos,
845 só de outorga mais de 700 processos, sem contar na área verde, então a gente tem
846 que destravar isso aí, implica também um projeto de modernização do licenciamento,
847 da digitalização, da mudança de fluxo, de procedimento para o ajustamento da
848 interdisciplinaridade, tudo a gente tá pensando com esse projeto de lei que a gente
849 recebeu da Dra. Teresa e a gente está reajustando para até julho colocarmos em
850 discussão, incluindo aí também, o projeto de lei de plano de carreira do servidor
851 ambiental, mas isso a gente vai precisar de um tempo para detalhar, então eu não
852 quero deixar de lado estes questionamentos, só pediria desculpas porque eu já estou
853 com a minha agenda ali amarrada e eu prometi estar aqui enquanto não me
854 chamarem de lá e eu já estou sendo chamado e eu vou ter que ir, mas a gente vai
855 gerar essa oportunidade de discutir e em relação a este questionamento, a gente faz
856 uma agenda para debater especificamente esse projeto. **Dr. Armando:** Nós temos a
857 Federação da Agricultura que, junto com outros membros aqui, têm feito várias
858 propostas que foram encaminhadas para receber respostas a respeito das
859 provocações que nós fizemos e também eu mais uma vez levanto a questão da
860 reserva legal e a importância da seringueira na reconstrução da reserva legal de
861 Benfica, então, eu já me propus a vir aqui várias vezes para mostrar o que a
862 seringueira representa, a importância para a utilização racional de uma reserva legal,
863 então eu volto e faço esse questionamento na sua presença para verificar o que é que

864 se tem de proposta feita pela federação junto com a Secretaria de Agricultura, FIEPA,
865 para que a gente possa sair dessa situação de não ter respostas às provocações que
866 nós fazemos. **Dr. Colares:** Bom, eu vou tomar conhecimento dessas provocações, tu
867 tens em mim, não é de hoje, essa discussão com relação às seringueiras
868 principalmente na região do Marajó, onde foi criada proposta de cadeia para
869 beneficiamento local, inclusive com benefícios fiscais com um projeto de internalização
870 e agregação de valor, tem todo o meu apoio com relação à reserva legal, aliás, não só
871 com relação à reserva legal, vocês tem conhecimento que foi aprovado o zoneamento
872 ecológico econômico, está para ser assinado pela presidente, mas já foi aprovado,
873 temos a intenção de debater isso para ajustar melhor com relação ao nosso marco
874 regulatório e quero dizer que nesta expectativa só estamos esperando a consolidação
875 da aprovação do novo código florestal para a gente já associar e aproveitar toda a
876 reformulação do marco regulatório principalmente da nossa Lei de Floresta a 6462
877 para que a gente possa abordar inclusive o ajustamento de reserva legal de acordo
878 com o código e de acordo com o ZEE'S. Nós estamos com essa disposição e isso
879 determina um canal de discussão. Obrigado, pessoal. **Dr. Rubens:** Dra. Lúcia quer
880 fazer alguma colocação? **Dra. Lúcia:** Só para efeito de esclarecimento Dr. Evaldo,
881 com relação a sua proposta que seria convocar a câmara técnica de assuntos jurídicos
882 para análise de processos punitivos acumulados, então teria a OAB, MP, AMOT e
883 FETAGRI e seria conveniente marcar uma reunião extraordinária para deliberação
884 desses processos punitivos, marcar uma data para a gente poder resolver essa
885 pendência, então o que nós vamos fazer? Tomar a iniciativa de encaminhar via e-mail
886 à relação desses processos? Qual seria a sugestão? **Dr. Evaldo:** Minha sugestão é
887 qualquer data e o local onde ela vai ser feita, pois até agora eu não sei, porque
888 realizávamos as reuniões do COEMA dentro do ambiente da OAB, parece que agora
889 vão ser realizadas aqui, as reuniões das Câmaras Técnicas também eram realizadas
890 lá e pelo o que eu estou entendendo tudo vai ter que ser feito aqui, então, nessa
891 mudança de gestão, vocês tem que definir algumas coisas para ter continuidade. **Dra.**
892 **Lúcia:** As reuniões do COEMA estão sendo todas realizadas aqui no auditório e as
893 reuniões das câmaras estão sendo realizadas em uma sala específica na GEOTEC,
894 apesar de não estar bem estruturada. Bem, nós vamos verificar isso Dr. Evaldo e
895 depois a gente já encaminha por e-mail para todos os membros da câmara jurídica.
896 **Dr. Evaldo:** Estou com mais ou menos oitenta (80) processos relatados, o Dr.
897 Armando tem, o Ministério Público diz que tem e todo mundo tem processo relatado,
898 está faltando à convocação, e aí eu quero ver como o COEMA vai julgar. **Dra.**
899 **Andressa (Secretaria executiva do COEMA):** Aí a questão que a gente propõe, uma
900 vez que, como não mudou essa questão da legislação é propor que sejam feitas
901 reuniões extraordinárias com a pauta voltada só para processos punitivos. **Dr. Evaldo:**
902 É, continua o regimento, mas o que vai ser é uma coisa, porém, nós vamos trabalhar
903 com o que existe hoje. Eu quero ver como é que vão julgar. E já fica a minha sugestão
904 do julgamento em bloco, que hoje se demonstra a solução mais viável. **Dra. Lúcia:** E
905 outro ponto seria de reiterar que no dia oito (08) de maio está prevista a reunião do
906 COEMA que seria uma reunião extraordinária para o projeto da TERFRON, que é a
907 estação de transbordo de cargas, o ETC, no distrito de Miritituba e no município de
908 Itaituba. A previsão é de ser encaminhado para a câmara técnica de infraestrutura
909 para poder no dia oito, com antecedência, encaminhar a pauta para vocês
910 conselheiros, para poder realmente ser submetido à apreciação da plenária do
911 COEMA esse projeto. **Dr. Rubens:** Mais alguma coisa, senhores? **Dr. Evaldo:** Só

912 para comunicar, apesar de ser de conhecimento público, a OAB passou por uma
913 dificuldade interna, já que essa situação perdura desde junho do ano passado e os
914 jornais de hoje trazem estampados o fim da intervenção da OAB, seccional do Pará e
915 por coincidência os dois representantes da OAB aqui deste conselho que sou eu e a
916 Dra. Ângela Sales, temos cargos de direção na Ordem e nós tivemos os problemas de
917 comparecimento nas últimas sessões, mas em função de afastamento voluntário que
918 nós tivemos da direção e também depois em função da intervenção, que como disse,
919 hoje encerrou e deixo esclarecido que nós continuamos trabalhando com o mesmo
920 ânimo, principalmente eu digo pela minha pessoa, pois eu venho servindo a este
921 conselho por mais de uma década. **Dr. Rubens:** Obrigado Dr. Evaldo. Então a gente
922 encerra e agradece a todos a presença e até a próxima reunião. Obrigado.